Abeph entra no jogo

Autoridades portuárias querem participar da elaboração da política nacional do setor

A Associação Brasileira de Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), formada por autoridades portuárias federais e estaduais, está mobilizada por mudanças no modelo portuário nacional. A exemplo do que foi feito pelo conjunto de entidades que reúnem terminais de uso privado (TUPs) e terminais arrendados, elaborou documento contendo propostas entregue ao entregue ao secretário de Política Nacional de Transportes, Herbert Drummond.

O documento foi aprovado pelo Conselho Deliberativo da ABEPH em 17 de novembro. A reunião contou com as participações do Porto de Itajaí, Companhias Docas do Rio de Janeiro, São Sebastião, Ceará, Bahia, São Paulo, Espírito Santo, Pará e ainda Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Porto do Recife e Porto de Rondônia.

No documento, a Abeph pede a descentralização da agenda portuária, com as autoridades locais participando do planejamento nacional. A elaboração e o desenvolvimento dos Planos Mestres e dos PDZ passariam a ser feitos pelas autoridades portuárias em conjunto com o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil, respeitados os aspectos regionais, com base em padrões de qualidade.

Descentralização da agenda portuária, autonomia para as autoridades locais e participação em editais estão entre as propostas

A entidade pede também gestão empresarial baseada em boas práticas de governança corporativa.

A elaboração de editais e gestão dos arrendamentos liderados pela autoridade portuária, com participação de membros do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil e Antaq nas comissões de licitação, é outra das reivindicações. A Abeph pede a implantação de contrato de gestão entre empresas e governo com metas e níveis de qualidade de serviços pautados em indicadores de desempenho com métrica clara, inclusive ambientais.

Estabelecimento de padrões de qualidade, com prêmios aos destaques do mercado, a exemplo do Índice de Desempenho Ambiental da Antaq também está na mira da entidade, assim como liberdade para abrir capital [pela autoridade portuária], independentemente de controle. A flexibilização do uso das facilidades portuárias e a regulamentação de novos modelos de contrato, além do arrendamento, completam a lista.

O Conselho Deliberativo da Abeph aprovou também o envio de ofício ao secretário executivo do ministério sobre a situação do Instituto de Seguridade Portus.

A entidade, que vem se reestruturando, conta com novos associados: Instituto Nacional de Pesquisas Hidroviárias (INPH), Assessoria Empresarial Eirelli–ACM, Porto Organizado de Manaus, Companhia Docas do Rio Grande do Norte e Porto do Recife.

Solicitado a opinar sobre o documento, o secretário de Política Nacional de Transportes, Herbert Drummond, disse via assessoria de imprensa que não se manifestaria antes de o assunto ser tratado pela Casa Civil. ■